

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

NOTA | **01**
TÉCNICA

EVOLUÇÃO RECENTE DOS ÍNDICES DE PREÇOS E POSSÍVEIS REFLEXOS PARA O ESPÍRITO SANTO

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente do IJSN

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Coordenadora de Economia e Desenvolvimento do IJSN

Victor Nunes Toscano
Auxiliar técnico

Vitória | 2008

Introdução

A alta recente da inflação se configura como um fenômeno internacional. Segundo o FMI, existem dezenas de países com inflação superior a dois dígitos, a qual se dissemina por conta da aceleração de preços de energia e alimentos. Como todo processo inflacionário, afeta a vida dos cidadãos e investidores, retirando-lhes poder de compra e confiança quanto ao futuro próximo. Mas afeta de forma mais contundente as populações de renda mais baixa, trazendo conseqüências deletérias sobre a pobreza e as desigualdades.

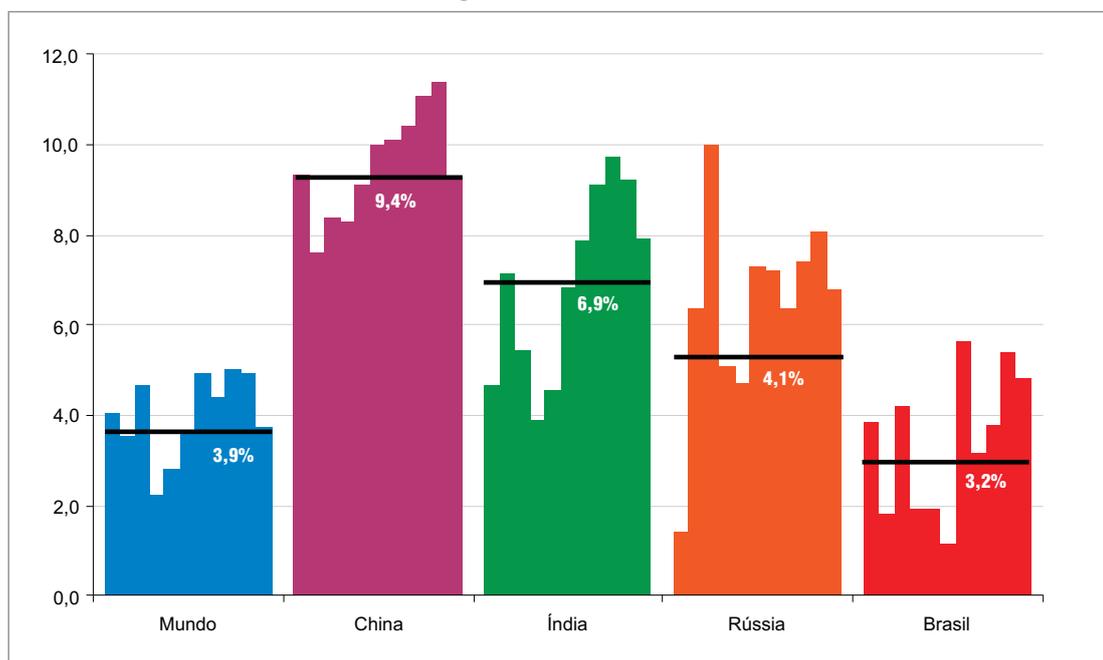
Esta nota técnica visa apresentar os principais elementos do surto inflacionário recente, suas principais características no contexto da economia brasileira e os possíveis reflexos para a economia do Espírito Santo.

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente

1. O contexto internacional

Na última década a conjuntura internacional associou crescimento econômico, estabilidade de preços e aumento do comércio. Contudo, o acelerado crescimento global, capitaneado pelas economias emergentes (Gráfico 01), vem acentuando a demanda por energia e alimentos, o que explica em parte a aceleração recente dos preços dessas *commodities*.

Gráfico 01 - Taxa de Crescimento Real Anual 1998 a 2008(e)
Mundo e Economias Emergentes



Fontes: FMI e IBGE
Elaboração IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento
(e) estimado.

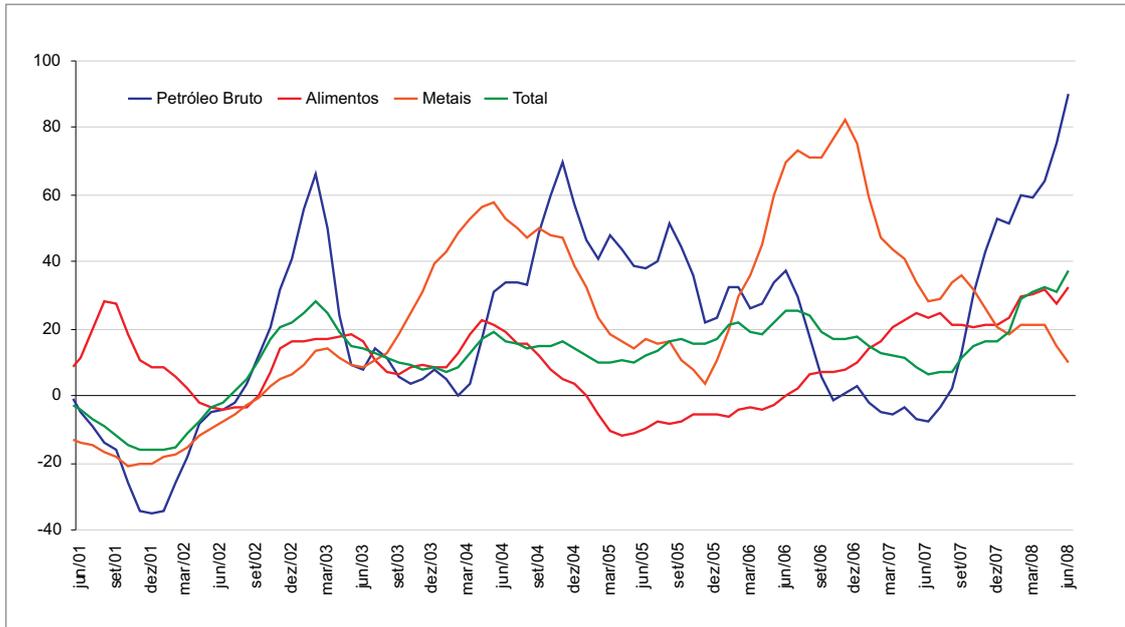
Desde 2006, o mundo se depara com patamares continuamente elevados dos preços das *commodities*, na casa de dois dígitos, e muito próximos a 20%. Mais recentemente, a pressão sobre os preços internacionais dos metais arrefeceu-se e foi substituída pela aceleração do preço do petróleo bruto¹ (Gráfico 02), que dobrou somente nos últimos 12 meses, depois de registrar elevação média de 57% em 2007. Em junho último, alcançou o nível histórico de US\$ 141 por barril.

Neste caso, um agravante é o caráter oligopólico do setor petrolífero e o fato de que as principais reservas mundiais encontram-se em países com elevados riscos políticos, e cujas empresas produtoras, na sua maioria, são de propriedade dos governos locais. Considerando-se ainda o padrão tecnológico vigente e as dificuldades dos maiores consumidores de petróleo em modificar suas bases energéticas, pode ser que seja necessário um longo período de tempo para que os preços do produto retornem a patamares mais baixos.

¹ O crescimento médio do preço do barril de petróleo foi de mais de 70%, passando de cerca US\$ 67 em junho de 2007 para US\$ 141 em junho de 2008.

Gráfico 02 - Evolução dos Preços de Commodities

Variação % em médias móveis trimestrais contra mesmo período do ano anterior



Fonte: CRB - Commodities Research Bureau.
Elaboração IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento

Em adição, a elevada rentabilidade do setor produtor de petróleo acaba por injetar maior liquidez nos mercados de derivativos desse produto, ampliando a volatilidade dos preços e reforçando sua alta no contexto da perda de confiança desencadeada pela crise imobiliária norte-americana.

Na busca de fontes energéticas alternativas, vê-se acirrada a concorrência por terras para destiná-las ao cultivo de biocombustíveis. Nos Estados Unidos, por exemplo, país cuja base alimentar é rica em derivados de milho, a maioria dos produtores desses grãos reservou sua safra às empresas beneficiadoras de combustível, reduzindo radicalmente a oferta do produto. A insuficiente expansão do plantio de alimentos vem desencadeando, desta forma, uma crise paralela.

Nesta direção, o segundo grupo de maior alta internacional foi o de alimentos, cujo índice de preços apresentou variação de 38% nos 12 meses encerrados em junho, comparados ao mesmo período do ano anterior, depois de registrar deflação entre 2005 e a primeira metade de 2006.

No caso dos alimentos, a evolução dos preços pode ser atribuída a diversos fatores. Do lado da oferta, registra-se tanto a possível substituição das áreas destinadas à produção de alimentos pela cultura de produtos relacionados aos biocombustíveis (cana de açúcar, milho), quanto a ocorrência de quebras de safras ao longo do ano de 2007, relacionadas com fatores climáticos. Do lado da demanda, registra-se o contundente aumento da renda nos países em desenvolvimento e a crescente assimilação do padrão ocidental de alimentação, especialmente no caso da China e no da Índia.

2. O contexto brasileiro

Os fatores supracitados vêm deflagrando pressões inflacionárias em todo o mundo. No Brasil, os preços internacionais em alta encontraram anteparo na valorização do Real, o que vinha compensando a elevação dos preços externos² até então.

Mais recentemente, o efeito da elevação dos preços internacionais se fez sentir nos índices de preço no atacado, que concentram maior participação dos produtos transacionáveis com o exterior. O Índice de Preços por Atacado do Mercado (IPA-M) registrou alta de 17,12% no acumulado dos últimos 12 meses, encerrados em junho, variação muito superior à taxa de 9,19%, acumulada em 2007 (Tabela 01).

Outros elementos no contexto doméstico vêm disseminando pressões inflacionárias na economia brasileira. Neste caso, pesa a expansão acentuada da massa salarial e do crédito ao consumidor, assim como o crescimento dos gastos públicos correntes e dos investimentos. São pressões internas de demanda que alimentam e propagam a alta dos preços das *commodities*, impulsionando, conseqüentemente, os índices de preços domésticos.

Tabela 01 - Evolução Recente dos Preços

Variação acumulada no período

	Acumulado em 12 meses		
	Junho/07 - Maio/08	Julho/07 - junho/08	Em 2007
Preços Internacionais			
Petróleo Bruto	98,95	98,08	57,22
Commodities metálicas	7,65	3,08	17,00
Commodities - alimentos	26,82	38,70	21,72
Reuters- CRB Index	32,81	45,23	20,56
Taxa de Câmbio Efetiva	-16,20	-16,19	-16,93
Preços Domésticos			
IGP-M	11,53	13,44	7,75
IPA-M	14,53	17,12	9,19
IPC-M	5,25	5,82	4,64
INCC	8,06	9,13	6,15
INPC	6,64	7,28	5,16
IPCA	5,58	6,06	4,46

Fontes: Commodities Research Bureau, IPEADATA, FGV e IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

Exemplo emblemático é o da Construção Civil. A expansão recente dos investimentos poderá se converter em redução dos custos de transação e proporcionar ganhos de eficiência para o setor produtivo, porém a médio e a longo prazo. Assim, os primeiros impactos do aquecimento do referido setor têm sido a elevação dos preços dos materiais de construção e o aumento dos preços da própria mão-de-obra, que começa a ficar escassa. Neste processo, os investimentos públicos em infraestrutura e o *boom* imobiliário no País intensificam esses impactos, especialmente após medidas recentes de expansão do crédito para o setor. O Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC), que é constituído em grande medida por produtos não transacionáveis com o exterior, tais como cimento e vergalhões, apresenta variação em escala menor, mas também revela trajetória de aceleração (Tabela 01). Nos últimos 12 meses, encerrados em junho, o INCC acumulou alta de 9,13%, o que contrasta com a variação de 6,15% acumulada em 2007.

² Os preços dos produtos não transacionáveis com o exterior - serviços e produtos que, por características específicas, não podem ser exportados – geralmente se ajustam internamente.

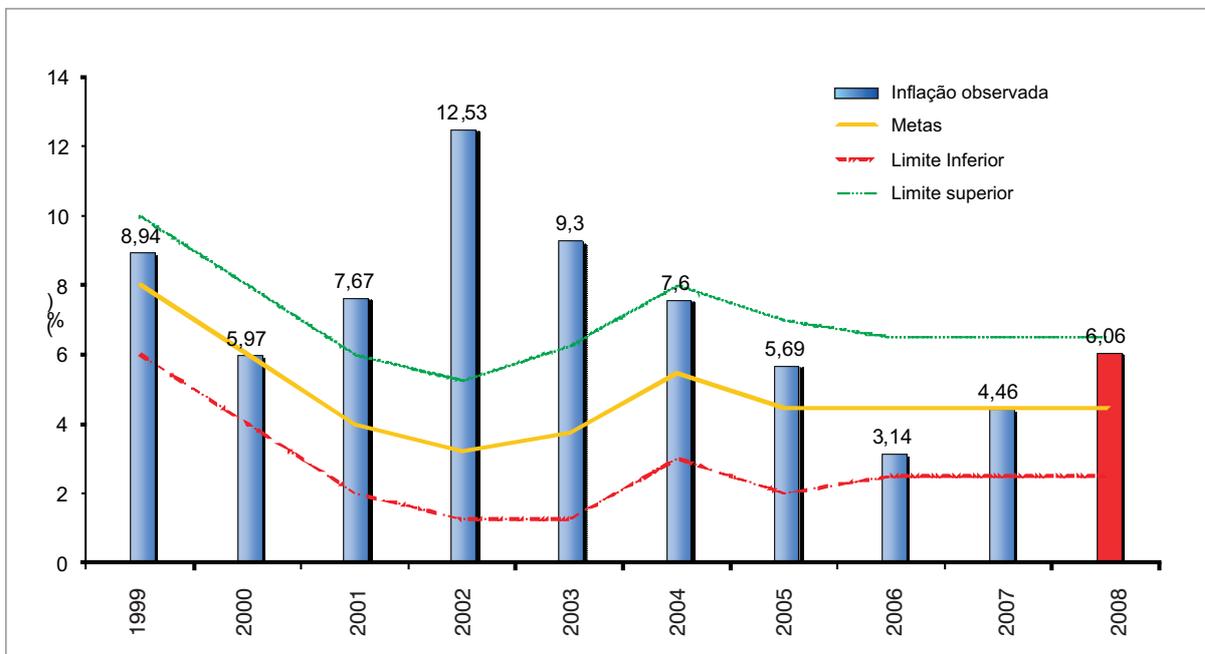
A combinação de crescimento da massa real de salários com novas concessões de crédito repercute ainda sobre o consumo das famílias. Segundo o IBGE, o volume de vendas no varejo nacional há um ano expande num ritmo de 10% ao ano. As novas concessões de crédito pessoal, por sua vez, apresentam ritmo mais intenso: nos últimos 12 meses cresceram a uma taxa de 21,6%, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

No caso das famílias de baixa renda, o aumento de renda tende a ser destinado ao consumo, com prioridade para a alimentação. Isto, conjugado às características da produção agropecuária, com baixa capacidade de expansão no curto prazo – devido a safras que dependem de um tempo para serem colhidas, susceptibilidade aos fatores climáticos, rebanhos que demandam áreas extensas para sua criação – aumenta a pressão sobre os preços.

Assim sendo, refletindo a alta internacional e a demanda interna aquecida, os preços ao consumidor passaram a registrar aceleração no Brasil. O INPC, que mede os preços dos bens consumidos pelas famílias com renda de 1 a 6 salários mínimos, registrou variação positiva de 7,28% nos últimos 12 meses, após encerrar o ano de 2007 com alta acumulada de 5,16%.

O IPCA, que mede a evolução de preços dos bens e serviços consumidos por famílias com rendimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, registrou alta de 6,06% nos últimos 12 meses (Gráfico 03), acima, portanto, do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e já muito próximo ao teto da mesma. Ao se comparar a trajetória do índice geral acumulado no primeiro semestre do ano (3,6%) com aquela observada no mesmo período do ano passado, observa-se uma diferença de 1,5 ponto percentual, o que mostra o momento atípico vivido nos primeiros meses de 2008.

Gráfico 03 - Metas Inflacionárias e Inflação Observada (IPCA)



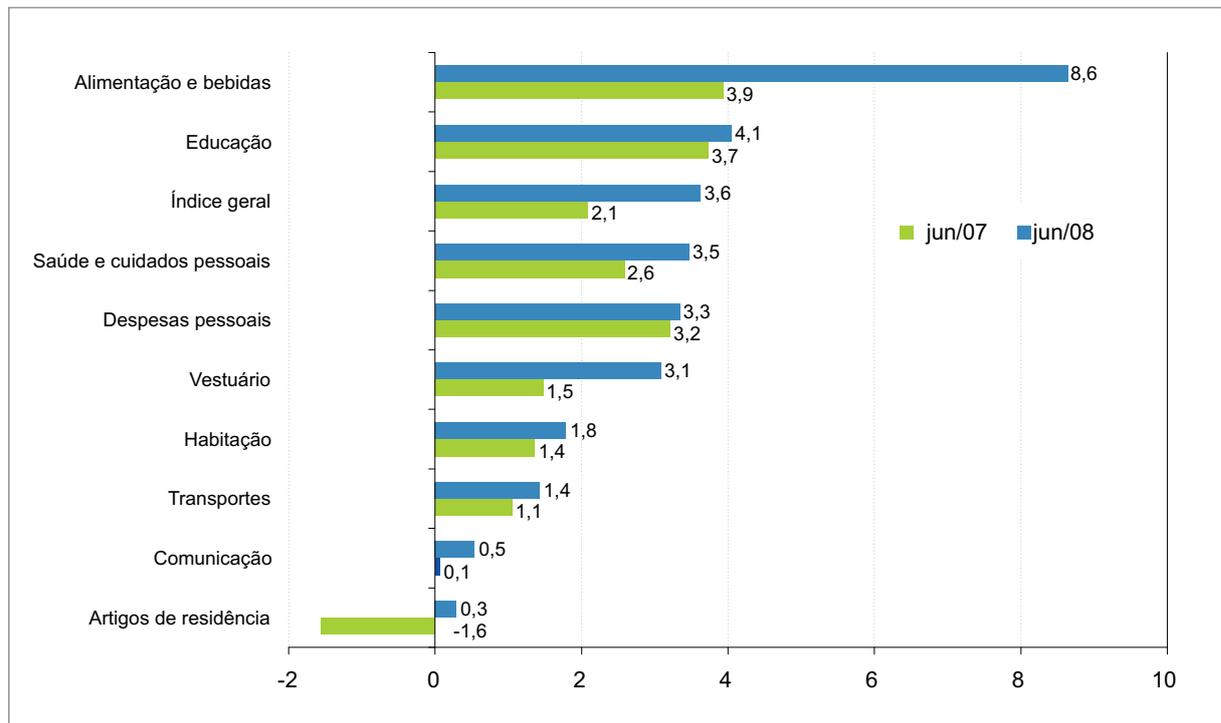
Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento
 *Inflação acumulada nos últimos 12 meses

A confrontação de ambos os índices, respeitadas as diferenças metodológicas, indica que a elevação de preços ao consumidor é mais contundente para o segmento populacional de renda mais baixa. A participação do grupo Alimentos nas respectivas composições explica, em alguma medida, essa diferença³. O peso do grupo Alimentos e bebidas no INPC alcança 30,01%, sendo menor no IPCA: 22,45%.

Além de representar o grupo com maior peso individual no índice, a maior elevação de preços recente foi justamente verificada no grupo de Alimentos e bebidas, com variação de 8,6%. Os outros grupos do IPCA com maiores altas em 2008 foram (Gráfico 04): Educação (4,1%); Saúde e cuidados pessoais (3,5%); Despesas pessoais (3,3%); e Vestuário (3,1%).

Os preços monitorados, tais como serviços públicos e residenciais, transporte público, gasolina e óleo diesel, plano de saúde, produtos farmacêuticos, pedágio e licenciamento, apresentam um desempenho abaixo dos preços livres desde o final de 2005, refletindo o efeito virtuoso da valorização do Real e dos baixos IGPs do período. Na verdade, a aceleração dos preços ao consumidor poderia ser ainda maior, caso os preços internos dos derivados do petróleo estivessem refletindo a sua alta internacional. Isso não acontece porque esses derivados não sofreram reajustes no Brasil desde 2005. Por isso, a variação de preços no grupo Transportes foi uma das menores observadas no IPCA (Gráfico 04).

Gráfico 04 - IPCA acumulado no ano (%)



Fonte: IBGE

Elaboração: IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento

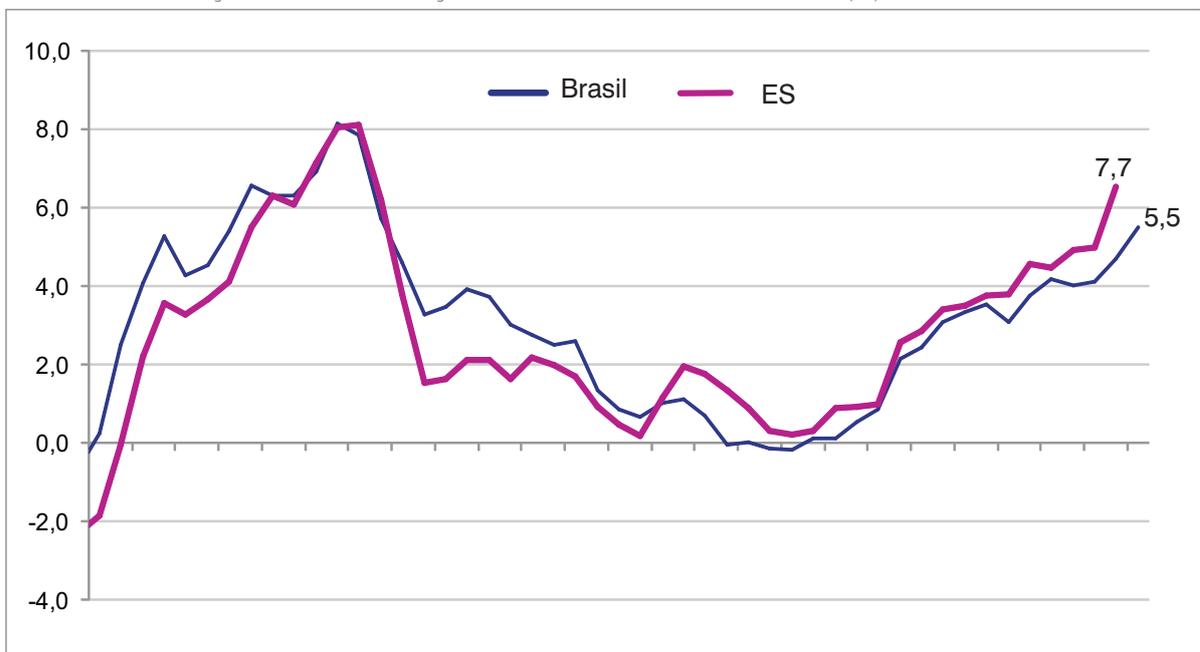
³ A participação relativa dos alimentos é maior nos rendimentos das famílias de baixa renda do que nos rendimentos dos segmentos de renda mais elevada, ou seja, os efeitos perversos da inflação penalizam de forma mais acentuada as camadas menos favorecidas da sociedade.

3. Reflexos no Espírito Santo

A alta recente dos preços dos alimentos já pode ser percebida nas vendas do comércio varejista capixaba. Em abril, as vendas de Hiper e supermercados e produtos alimentícios registrou retração de 0,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio realizada pelo IBGE. A recuperação do comércio de alimentos no mês seguinte (+8% na mesma base de comparação anterior) pode ser decorrente, em grande medida, do início de vigência do aumento concedido ao salário mínimo, o que, por outro lado, sustenta a continuidade da elevação dos preços. Com a alta no volume de vendas (+10,7%) e na receita nominal (+17%), o índice de preços implícito do comércio chegou a 7,7% no mês de maio (Gráfico 05).

Gráfico 05 - Índice Implícito do comércio varejista - Brasil e ES

Varição mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)



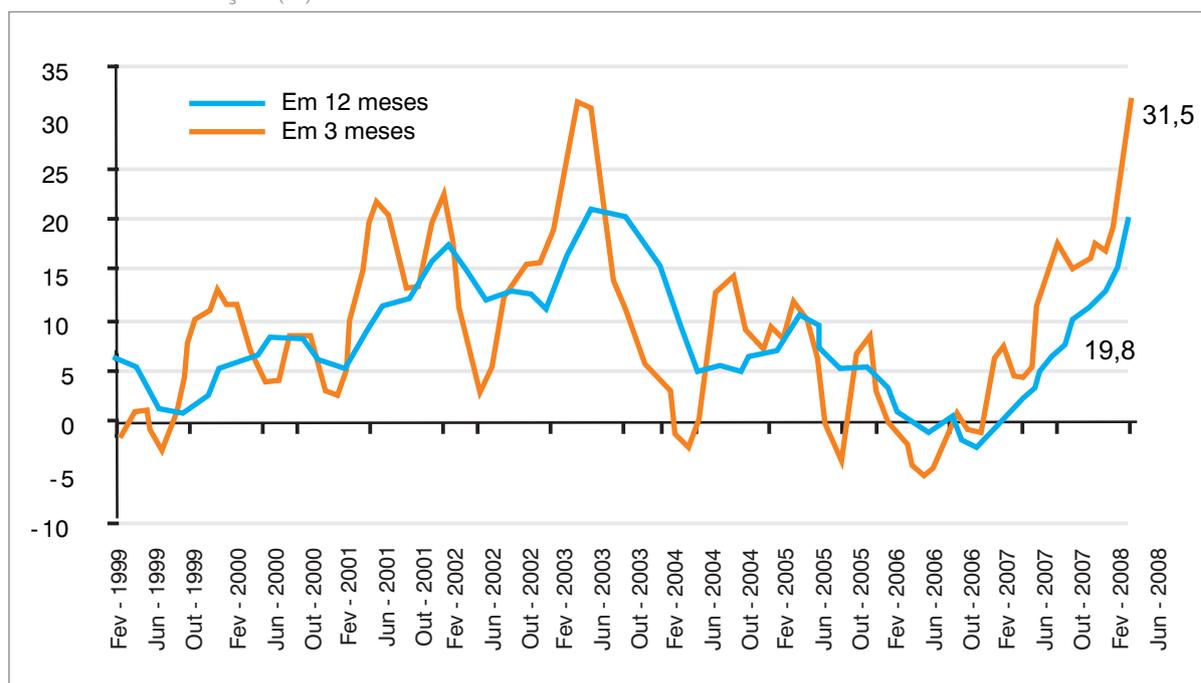
A alta de preços no varejo capixaba se configura mais acentuada que na média do País, comportamento compatível com o contexto de forte crescimento econômico do Estado e de aumento dos rendimentos reais também acima da média nacional.

O preço da cesta básica, contudo, tem sido o mais afetado. Segundo estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), que acompanha a evolução do preço da cesta básica nas principais capitais do País, houve um aumento geral do preço médio da cesta básica em todas as cidades pesquisadas. Na capital capixaba, o valor da cesta acompanhou a tendência de aumento e aceleração do preço dos alimentos, registrando alta de 33,9% no mês de junho, de 31,5% nos últimos 3 meses e de 19,8% nos últimos 12 meses, na comparação com os mesmos períodos do ano anterior (Gráfico 06). Em junho deste ano, Vitória ocupou a décima posição na lista das cestas mais caras do País entre as 16 capitais pesquisadas pela instituição.

Os principais vilões para a cesta básica, em relação ao mês de junho do ano passado, foram: o feijão (151,4%), o tomate (94,5%), que apresenta variação episódica, com picos muito expressivos e quedas abruptas de preço, o arroz (51,5%) e o óleo (61%). Vale ressaltar os produtos que sofreram quedas, como é o caso do açúcar (-11,7%), da manteiga (-9,9%) e do café (-1,7%). Assim, percebe-se crescimento significativo de alguns preços sem, em contrapartida, haver compensação pela redução de outros.

Gráfico 06 - Evolução do valor da Cesta Básica DIEESE - Vitória (ES)

Variação (%) em médias móveis



Fonte: DIEESE
Elaboração: IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento

Ao analisar os produtos integrantes da cesta pelo indicador acumulado em 12 meses, pode-se destacar o aumento generalizado do preço da carne, do arroz, do pão, do tomate, do óleo e do feijão. O preço da carne sofreu altas consideráveis, o que pode ter ocorrido graças às pressões do mercado externo, após a Comunidade Européia rever a decisão de impedir a importação de carne brasileira, aumentando a demanda por carne e, conseqüentemente, seu preço para o consumidor nacional.

O aumento do preço do arroz pode ser explicado pelas fortes chuvas que atingiram os países produtores na Ásia e pela prolongada estiagem ocorrida no Brasil. Devido à especificidade do manejo do plantio, excessiva quantidade de água prejudica radicalmente sua produtividade. Cabe destacar a possibilidade de que esteja ocorrendo especulação por parte dos produtores, que retêm sua produção a fim de auferir maiores ganhos, contribuindo para variações futuras ascendentes de preços.

O preço do pão aumentou em todas as cidades pesquisadas. A elevação deve-se, principalmente, à decisão de países produtores, em especial a Argentina, de restringir a exportação do trigo, principal insumo para sua produção. O Brasil, que importava da Argentina grande parte do trigo consumido, passou a importar maiores quantidades dos EUA e do Canadá, encarecendo consideravelmente os custos de transporte, cujo principal reflexo se faz sentir no bolso do consumidor final. Além desse fato, as inundações ocorridas nas regiões produtoras de grãos nos Estados Unidos poderão reduzir drasticamente a oferta de grãos, provocando maiores altas nos preços.

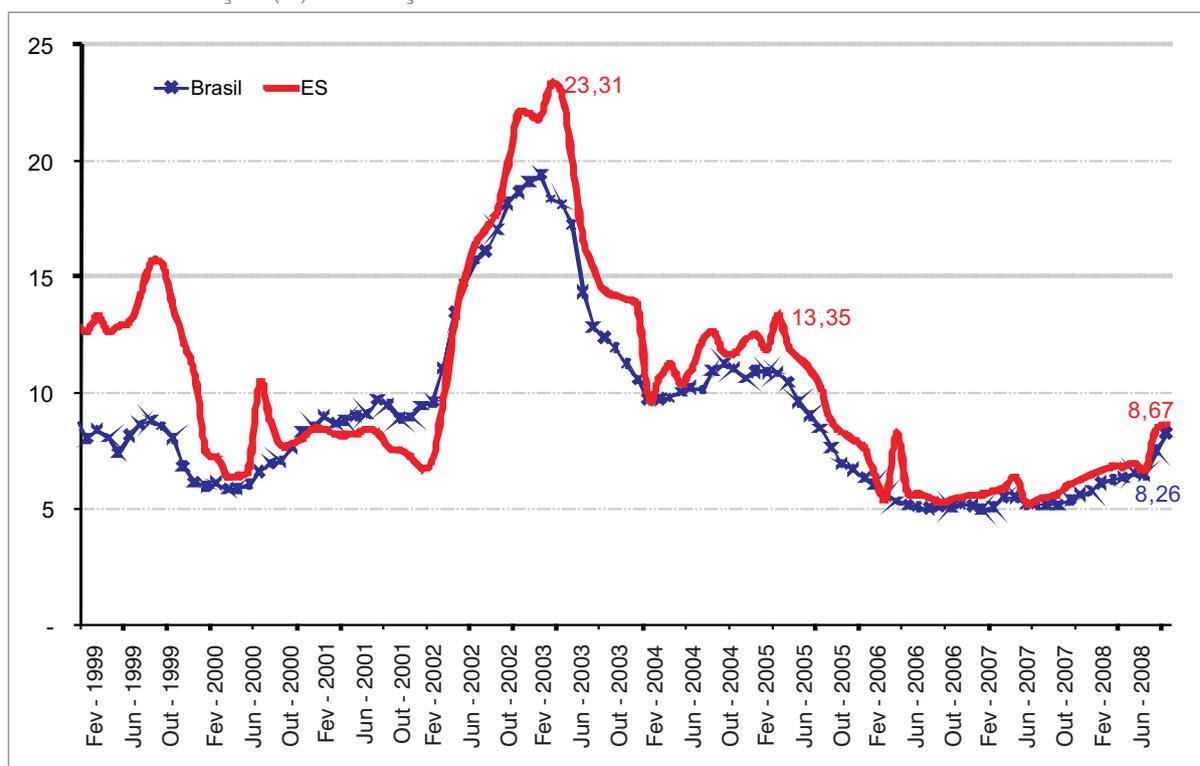
O preço do tomate registrou alta considerável em virtude da elevada sensibilidade do produto às alterações climáticas. Já o óleo de soja apresentou alta em todas as cidades pesquisadas. Apesar de os grãos serem produzidos internamente, a soja é um produto largamente exportado, e o seu preço é cotado internacionalmente; logo, a forte demanda internacional tem causado pressão sobre os preços.

O preço do feijão voltou a subir, ultrapassando, com folga, a redução ocorrida mês passado. No indicador anual, o preço do feijão apresentou variação acima de 100% em todas as cidades pesquisadas. O aumento é reflexo das quebras de pequenas safras decorrentes da seca prolongada; entretanto, as próximas safras têm perspectiva de melhora, uma vez que o preço do produto aumenta exponencialmente. O feijão possui uma característica peculiar: como seu ciclo produtivo é relativamente mais curto que o dos demais produtos agrícolas, o produto é muito mais sensível às mudanças climáticas.

A evolução do preço médio da cesta para a classe média acompanha a intensidade dos aumentos da cesta básica, embora em ritmo menos acentuado. Um indicador produzido pela Faculdade Batista de Vitória (FABAVI)⁴, por meio de uma pesquisa mensal, revela que no primeiro semestre do ano a alta chegou a 13,7%, e nos últimos 12 meses, encerrados em junho, o aumento foi de 23,07%.

Na Construção Civil, setor representativo da atual dinâmica de crescimento do Estado, os preços também seguem trajetória ascendente, com alta de 8,67% em junho último contra junho do ano passado, segundo dados do IBGE/SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). Essa variação pode ser explicada pelo aumento expressivo da demanda por artigos de construção impulsionados pelo *boom* de crescimento do setor imobiliário capixaba.

Gráfico 07 - Custo Médio da Construção Civil
Variação (%) em relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN – Coordenação de Economia e Desenvolvimento

⁴ Índice FABAVI, calculado pelo Projeto de Pesquisa monitorado pela EJV - Empresa Júnior FABAVI Vitória. Disponível no site: <http://indicefabavi.clic3.net/>

4. Perspectivas

O acompanhamento da evolução recente dos índices de preços sinaliza um cenário adverso no curto prazo, em face das pressões inflacionárias existentes. A trajetória ascendente dos diversos índices de preços, não só do Espírito Santo, mas de todo Brasil, já repercutiu na utilização dos instrumentos de política monetária clássicos de combate à inflação.

Desde abril, o Banco Central do Brasil já realizou três elevações da taxa básica de juros, a Selic, totalizando alta de 1,75 ponto percentual (de 11,25% para 13%). Segundo relatório de mercado do Banco Central do Brasil (Focus – Relatório de Mercado), as expectativas dos analistas na terceira semana do mês de julho indicavam a taxa Selic de 14,25% para dezembro de 2008, o que representa um forte indício de que o mercado espera a ocorrência de novas altas de pelo menos mais um ponto percentual.

Portanto, com algum efeito defasado estimado entre dois e três trimestres, o nível de atividade econômica deve apresentar desaceleração no Brasil, convergindo de uma taxa de crescimento interanual do PIB de 5,8%, registrada no primeiro trimestre de 2008, para taxa próxima a 4% em 2009.

No Espírito Santo, espera-se que a desaceleração no ritmo de crescimento ocorra em menor intensidade, dada a estrutura industrial capixaba, concentrada fundamentalmente em segmentos produtores de *commodities* – como minério de ferro, aço e celulose – e, portanto, favorecidos pela elevação da demanda e preço internacionais. Ademais, são setores que dependem de decisões de investimento que vislumbrem oportunidades de mercado no longo prazo.

Assim, o impacto maior da aceleração da inflação no Estado poderá ocorrer sobre a distribuição de renda, a ser evidenciado pelos índices de desigualdade, uma vez que as classes de mais baixa renda são as mais afetadas pelos processos inflacionários, conforme mencionado anteriormente. O atual ciclo inflacionário, em particular, impulsionado pela alta mundial de alimentos, tende a reforçar seus impactos negativos sobre o poder aquisitivo da população.